A CONSTRUÇÃO DA ESCRITA: UM DIÁLOGO ENTRE A PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA E CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO

TACIANE QUADRADO LOPES DA SILVA

RESUMO: Este estudo pretende examinar a jornada da alfabetização com base na teoria psicogenética da língua escrita, idealizada por Emília Ferreiro e Ana Teberosky. Inspirado na obra "Psicogênese da Língua Escrita" (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999), o projeto enfatiza o papel dinâmico da criança na estruturação do saber sobre o sistema alfabético. A visão psicogenética confronta modelos tradicionais de ensino que viam o aluno como um mero coletor de informações, destacando a criação de suposições como parte crucial do processo de domínio da escrita. Serão analisadas as fases dessa evolução e as implicações educacionais que essa abordagem proporciona, com foco especial na concordância com o Plano Curricular da cidade de São Paulo.
PALAVRAS-CHAVE: Emília Ferreiro; Alfabetização; Psicogênese; Escrita; Educação.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização é uma fase essencial na trajetória educativa de toda criança, pois assinala o começo de sua imersão no mundo da linguagem escrita, alargando suas chances de comunicação, expressão e atuação social. É um processo intrincado, que vai além da simples memorização de letras, sílabas e palavras: envolve a estruturação ativa de saberes sobre o funcionamento do sistema de escrita e sobre a aplicação social da linguagem.

Por muito tempo, os métodos de alfabetização adotados nas escolas brasileiras eram baseados em práticas repetitivas e desconectadas, focadas na cópia, na repetição e na decodificação de palavras. Esses métodos viam a criança como um ser passivo, que apenas deveria absorver as informações transmitidas pelo professor. Contudo, a partir da década de 1970, os estudos realizados por Emília Ferreiro e Ana Teberosky causaram uma verdadeira transformação no campo da alfabetização, ao apresentarem uma abordagem fundamentada na epistemologia genética de Jean Piaget. Essa nova perspectiva deu protagonismo à criança no processo de aprendizagem da escrita, reconhecendo-a como um sujeito dinâmico, que formula e testa suposições sobre a linguagem escrita com base em suas vivências e interações sociais (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999).

A teoria da psicogênese da língua escrita propõe que o processo de domínio da escrita acontece em diferentes níveis de compreensão, que refletem as suposições que as crianças criam a partir do contato com textos, palavras e sons. Assim, o erro, antes visto como falha, passa a ser compreendido como uma etapa natural e essencial da aprendizagem, pois revela o pensamento da criança em formação. Essa mudança de paradigma afetou diretamente a prática pedagógica, incentivando um olhar mais atento, investigativo e respeitoso sobre os processos de aprendizagem infantil.

Considerando essa situação, o estudo em questão pretende examinar as contribuições essenciais da teoria psicogenética de Emília Ferreiro para o entendimento do processo de alfabetização, buscando também analisar como essas contribuições se relacionam com as orientações do Currículo da Cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2020). Ao promover essa conexão entre teoria e prática, almeja-se ponderar sobre abordagens pedagógicas que valorizem o tempo de aprendizado individual de cada aluno e incentivem uma alfabetização relevante, questionadora e que abarque a todos.

2- A PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA

A teoria da psicogênese da língua escrita, arquitetada por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, representa um dos legados mais valiosos para a área da alfabetização nas últimas décadas. Alicerçada nos pilares do construtivismo de Jean Piaget, esta visão questiona a ideia tradicional de que aprender a ler e escrever é um caminho reto, mecânico e cumulativo, baseado apenas em decorar ligações entre sons e letras. Contrariando essa ideia comportamentalista, Ferreiro propõe que a criança, desde cedo, atua

ativamente na construção do saber, criando ideias sobre como funciona a escrita e mudando-as constantemente com base no que vive e aprende com os outros (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999).

Aprender a escrever, segundo essa teoria, não é só receber informações do professor, mas um processo mental complexo, onde a criança tenta entender o princípio alfabético e por que a escrita é importante na sociedade. Essa construção acontece quando a criança compara suas ideias com o que vê ao seu redor, como em rótulos, placas, embalagens, livros, bilhetes e outros textos do dia a dia. É ao ter contato real com essas formas de linguagem escrita que a criança começa a dar sentido às coisas e a criar formas diferentes de representar o que pensa.

Nesse sentido, a escrita é vista não só como um código a ser decifrado, mas como algo que fazemos na sociedade e que tem um significado e uma intenção. Ferreiro mostra que alfabetizar não pode ser separado do mundo da criança, pois é lá que ela encontra o que precisa para criar e recriar suas ideias. Assim, aprender a escrever está ligado ao desenvolvimento do pensamento da criança e à forma como ela entende o mundo.

A visão psicogenética reconhece que esse caminho tem idas e vindas, e não é linear. Cada nova ideia é um avanço na construção do saber, e não um erro. O erro mostra como a criança pensa, e não deve ser corrigido logo de cara. O educador deve entender o que a criança mostra e ajudar de forma significativa, respeitando o tempo e as características de cada um.

Ferreiro e Teberosky (1999) propuseram cinco hipóteses principais para explicar como as crianças aprendem a escrever, analisando o que elas criam sozinhas e como tentam usar a escrita para representar o que falam. É importante lembrar que essas ideias não são etapas fixas, já que cada criança aprende de um jeito, dependendo do que viveu, do que conhece e de como se sente.

Hipótese Pré-Silábica (PS)

No começo, a criança ainda não liga o que fala com o que escreve. O que ela escreve parece rabiscos ou letras sem sentido, que não têm nada a ver com os sons das palavras. Mesmo assim, ela está tentando se comunicar. A criança mostra interesse e começa a notar que a escrita serve para alguma coisa na sociedade, mesmo que ela ainda não entenda como funciona. É o momento de descobrir o mundo da escrita.

Exemplo: ao tentar escrever “chipanzé”, a criança pode acabar escrevendo algo como “OQLT”, sem que as letras lembrem o som da palavra. Nesta hipótese a criança acredita que a escrita é uma forma diferente de desenhar as coisas, por isso, em muitos casos, elas colocam o número de letra de acordo com a imagem daquilo que se quer escrever, e não com o tamanho da sonoridade da palavra.

Exemplo: para escrever MESA, a criança imagina a mesa de um certo tamanho, e coloca algumas letras: “WIKYLAEMSDT”, já para escrever CADEIRA, utiliza menor quantidade de letras, pois a cadeira tende a ser menor do que a mesa: “TPUALFR”. Se analisarmos a sonoridade das duas palavras, percebemos que MESA é menor que CADEIRA, mas como a criança que tem como hipótese de escrita o PS relaciona a escrita com o tamanho do objeto, tende a escrever mais letras para MESA do que para CADEIRA. Aqui temos um ponto muito importante, pois existem muitas dúvidas por parte dos professores alfabetizadores para interpretar a escrita de uma criança com esta hipótese.

Hipótese Silábica sem Valor Sonoro (SVS)

Nessa fase, a criança começa a ligar a representação da escrita por meio de uma letra ou grupo de letras a cada parte da palavra que fala, mesmo que não se preocupe com o som verdadeiro dessas partes. O importante é que ela percebe que a fala tem pedacinhos e que esses pedacinhos precisam aparecer na escrita. Isso mostra que ela está começando a entender que a escrita representa o que falamos e não o que vemos.

Exemplo: “CHIPANZÉ” pode virar “KRP” ou “AEMO”.

Esta hipótese tem gerado em professores muita dificuldade nos momentos de análise e, frequentemente, é confundida com a hipótese anterior. Isso ocorre porque a crian-

ça tem algumas teorias para que o que está escrito possa de verdade estar escrito: uma dessas teorias é a quantidade mínima de letras estabelecida por cada criança: a maioria dessas crianças estabelece como quantidade mínima de 3 letra para que algo esteja realmente escrito, outro grupo de crianças estabelece como quantidade mínima 4 ou 5 letras. Nesses casos, a criança pode estar na hipótese SSV, mas ao escrever pequenas palavras como PÉ, utilizar "TURO" e então ler PÉ.

Hipótese Silábica com Valor Sonoro (SCV)

Aqui, a criança já tenta desenhar os sons da fala. Ela se esforça para que o som e a letra combinem, mesmo que nem sempre consiga. As letras escolhidas costumam representar os sons mais fortes das partes da palavra, como a vogal principal ou a primeira letra. Essa fase mostra que ela está caminhando para entender como funciona a escrita com letras e sons.
Exemplo: "CHIPANZÉ" pode ser como "IPE", "XIZ" ou "XPZ".

Hipótese Silábico-Alfabética (SA)

Aqui temos um período de transição, a criança demostra ter mais conhecimento sobre o Sistema de escrita alfabético (SEA), mas com algumas oscilações dentro da mesma palavra. Algumas sílabas são escritas de forma correta, enquanto outras ainda apresentam omissões ou substituições. Essa etapa é marcada pela instabilidade nas convenções da escrita, mas revela um salto qualitativo em direção à escrita alfabética.
Exemplo: "CHIPANZÉ" pode ser escrito "XIPAZE" ou "XIPZÉ".

Hipótese Alfabética

Nessa fase, a criança já sabe quais letras usar para cada som e consegue escrever as palavras com mais acerto. Podem acontecer erros de ortografia, principalmente em palavras difíceis, mas a forma de escrever já está correta. A criança entende que cada som da fala é representado por uma ou mais letras, mostrando que ela aprendeu como funciona a escrita.
Exemplo: "CHIPANZÉ" pode virar "XIPANZÉ" ou "CHIPAZE".

No entanto, aqui também verificamos algumas dificuldades que os professores alfabetizadores enfrentam para identificar e aceitar a hipótese da criança como "Alfabética". Quando o nível de exigência dos professores alfabetizadores é muito alto, tendem a não aceitar essa escrita como alfabética, pois entende que para tal, a criança precisa dominar as regras simples da ortografía como: NH, LH, SS, RR, Ç. Porém, é importante entender que é exatamente no momento em que a criança atinge a hipótese alfabética que ela está preparada para começar a pensar nessas questões.
Entender essas fases ajuda o professor a saber em que ponto cada aluno está e a planejar aulas melhores. Em vez de ensinar todo mundo da mesma forma, o professor ajuda cada criança, valorizando o que ela já sabe, desafiando-a a pensar mais e criando atividades que a façam refletir sobre a escrita.
Além disso, ao ver que cada criança aprende de um jeito, os professores podem evitar forçar todo mundo a aprender igual, sem levar em conta as dificuldades de cada um. A ideia de como as crianças aprendem a escrever mostra como é importante respeitar a criança como alguém que tem curiosidade e que pode aprender muito com o mundo ao seu redor.
A teoria da Psicogênese da língua escrita transforma nossa visão sobre a alfabetização e o papel do professor. Ela vê a criança como ativa, criando ideias sobre a escrita, o que exige que o educador investigue e ajude, entendendo o que os alunos fazem e sugerindo ações que promovam o aprendizado.
Assim, planejar o ensino não pode ser só repetir o que sempre foi feito, com cópias e letras soltas. Ensinar a ler e escrever deve acontecer em situações reais, com projetos e atividades que juntem fala, leitura e escrita, respeitando o nível de cada aluno.
O professor que entende a Psicogênese vê os textos das crianças como uma forma de entender o que pensam, não apenas como algo certo ou errado para punir. Ouvir com atenção e observar cada texto é essencial

para avaliar o aprendizado, permitindo que o professor veja o que melhorou, o que é difícil e desafie cada um no momento certo.
Além disso, essa ideia mostra como é importante ter um lugar cheio de coisas para ler, com listas, bilhetes, convites, histórias, receitas e anúncios. Conhecer vários tipos de textos ajuda a entender para que serve a escrita e a criar ideias mais complexas sobre ela.
A criança não só recebe o aprendizado da escrita. Ela participa ativamente e cria seu conhecimento ao interagir com a sociedade e com o que aprende. Isso muda a forma tradicional de pensar, que compreende que o aprendizado da escrita se dá apenas com o ato de decorar letras e sílabas.
Ferreiro (1989) diz que a escrita não é só um jeito de mostrar a fala, mas algo a ser descoberto pela pessoa. Ao ver situações reais de leitura e escrita, a criança começa a pensar em como funciona. Essas ideias mostram um pensamento lógico e organizado, mesmo que diferente do jeito comum.
Essa forma de ver as coisas é muito influenciada pelas ideias de Jean Piaget sobre como aprendemos, que ele chamou de epistemologia genética. Segundo ele, nosso conhecimento vai se formando aos poucos, em etapas, e nossa mente está sempre se reorganizando. A criança presta atenção, tenta fazer, erra, compara, pensa sobre o que fez, muda de ideia e segue em frente. É um aprendizado constante que a escola precisa apoiar e dar valor.
Nesse sentido, a escola não pode só passar informações prontas, mas sim dar aos alunos a chance de serem os atores principais do seu próprio aprendizado. Isso quer dizer que ela precisa oferecer desafios que sejam certos para cada idade, incentivar conversas, ouvir o que os alunos têm a dizer e dar valor às ideias deles, mesmo que não pareçam corretas de primeira.

Por isso, o professor é tão importante. Ele precisa ajudar, criando atividades que façam a criança pensar sobre a escrita. O professor precisa saber ouvir com atenção, entender o que as crianças estão tentando escrever e planejar como ajudá-las a melhorar. Isso faz toda a diferença para que elas avancem na compreensão da escrita.
Assim, o que a criança pensa é a base de como ela aprende a ler e a escrever. Quando valorizamos as ideias dela e respeitamos o tempo que ela precisa para aprender, o aprendizado se torna mais importante e eficaz. Não se trata só de aprender a juntar letras e palavras, mas de formar pessoas que leem e escrevem com senso crítico, que são independentes e criativas.

2.1- DIÁLOGO ENTRE A PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA E O CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO

O Currículo da Cidade de São Paulo (2020) adota uma visão construtivista e interacionista da aprendizagem, entendendo a criança como um ser histórico, social e culturalmente inserido. No seu entendimento sobre alfabetização, o documento destaca a importância do protagonismo do aluno, da mediação pedagógica intencional e da aprendizagem significativa por meio de práticas de linguagem dentro de um contexto.
Ao sugerir o trabalho com os campos de experiência e com os direitos de aprendizagem na Educação Infantil, assim como com os pilares da oralidade, leitura e produção de textos no Ensino Fundamental, o Currículo da Cidade se alinha com os princípios da psicogênese da língua escrita. Reconhece a importância de os professores ouvirem atentamente, valorizarem as ideias das crianças e construírem o conhecimento juntos, mostrando que a alfabetização deve respeitar os diferentes ritmos e caminhos de cada criança.
Nesse cenário, o professor atua como peça-chave na conexão entre o que os alunos já sabem e o conhecimento formal que existe na sociedade. Sua função é, portanto, criar experiências relevantes de leitura e escrita que incentivem a reflexão, a criação e o pensamento crítico, levando em conta as características individuais dos alunos e os diferentes níveis de compreensão do sistema de escrita alfabética.
A integração da teoria psicogenética ao Currículo da Cidade possibilita uma abordagem pedagógica mais alinhada com a realidade das escolas públicas, pois valoriza a diversidade, a inclusão e o direito de todos os alunos aprenderem.

Diante disso, ao adotar a psicogênese da língua escrita como base teórica e metodológica, o professor aprofunda sua compreensão sobre a alfabetização e reforça seu compromisso com uma educação de qualidade, democrática e transformadora.

A inclusão da teoria psicogenética da língua escrita nos documentos oficiais da educação brasileira é um grande passo no reconhecimento das práticas pedagógicas focadas no sujeito em processo de aprendizagem.
O documento da capital paulista enaltece a construção ativa do conhecimento, afirmando que o ensino da leitura e da escrita deve respeitar o desenvolvimento cognitivo da criança, suas hipóteses e suas experiências prévias com a linguagem. Ao reconhecer a criança como agente de saberes, o Currículo da Cidade supera propostas baseadas na repetição de letras, sílabas ou palavras isoladas e propõe uma abordagem que estimule a aprendizagem em situações reais de uso da linguagem.
Essa visão se baseia fortemente na epistemologia genética de Jean Piaget, que postula que o conhecimento se forma por meio de fases de desenvolvimento e de constantes adaptações cognitivas. A criança observa, experimenta, erra, compara, pensa, modifica e progride — um processo contínuo de reconstrução que a escola deve respeitar e valorizar.
Nesse cenário, a escola não deve apenas transmitir informações prontas, mas criar um ambiente onde o aluno seja o protagonista ativo do seu aprendizado. Isso envolve oferecer desafios adequados ao seu nível, estimular o diálogo, dar voz e valorizar as ideias apresentadas, mesmo que ainda não estejam alinhadas com a escrita padrão.
Um aspecto crucial reside na importância dada às avaliações formativas, que visam entender o raciocínio do aluno, as estratégias que emprega e o ponto em que se encontra no aprendizado, e não só verificar acertos e erros. Essa abordagem permite uma prática pedagógica mais atenta e direcionada às necessidades individuais de cada aluno, promovendo práticas de avaliação mais formativas e humanas, que não se limitam a medir resultados padronizados, mas consideram a complexidade do processo de aprendizagem.
O Currículo da Cidade também realça a função do professor como mediador, encarregado de criar situações de aprendizado que estimulem o pensamento, incentivem a resolução de problemas e facilitem a evolução das hipóteses dos alunos, de acordo com seu progresso individual. Para isso, é preciso atualização constante, atenção, sensibilidade pedagógica e profundo conhecimento sobre a aquisição da escrita. A atenção do professor, sua capacidade de interpretar os registros dos alunos e de planejar ações adequadas são fatores cruciais para o avanço na compreensão da escrita.
Vale ressaltar que o Currículo da Cidade de São Paulo não apenas reconhece a relevância da teoria psicogenética, mas propõe um ensino que considera a diversidade, a igualdade e a inclusão. Ao oferecer orientações que levam em conta as diferentes formas de aprender, o Currículo contribui para uma alfabetização mais democrática, relevante e comprometida com o desenvolvimento completo dos indivíduos.
Assim, a atividade cognitiva da criança é vista como a base da alfabetização. Ao valorizar suas ideias e respeitar seu ritmo, é possível um aprendizado mais significativo e eficaz, que vai além de simplesmente decodificar letras e palavras, formando leitores e escritores críticos, independentes e criativos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto das ideias de Emília Ferreiro para entender como se aprende a ler e escrever é notável na educação. Ela trouxe uma perspectiva nova, vendo a criança como alguém que participa ativamente, pensa e cria seu próprio saber. Baseada nas ideias de Jean Piaget, a teoria da psicogênese mostra que aprender a ler e escrever não é só decorar ou repetir, mas um processo cheio de vida. Nele, a criança imagina como a escrita funciona e muda essas ideias conforme aprende com o mundo e com o que pensa (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999). Essa visão inovadora mostra como é importante respeitar o jeito que cada um aprende, suas tentativas, erros e progressos, tornando o ensino mais huma-

no e importante.

Além de entender melhor a criança como alguém que constrói o saber, a teoria psicogenética nos faz pensar sobre o papel do erro no aprendizado. Os erros não são vistos só como falhas, mas como sinais do desenvolvimento da criança e de como ela pensa sobre a escrita. Isso desafia o jeito tradicional de ensinar, que muitas vezes pune o erro, e coloca o professor como um guia atencioso, que entende os sinais da criança e ajuda para que ela avance cada vez mais.

Nesse sentido, o Currículo da Cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2020) adota uma forma de ensinar que combina com as ideias da psicogênese, orientando os professores a usarem formas de avaliar que valorizem o que os alunos já sabem e busquem entender suas ideias sobre a escrita. Isso faz com que o professor precise pensar, investigar e agir de forma ética, reconhecendo a diversidade na sala de aula e ensinando de um jeito que atenda às diferentes necessidades dos alunos.

Outro ponto importante do currículo é valorizar o uso da linguagem no dia a dia, criando ambientes de aprendizado cheios de conversas e atividades importantes. Ao incentivar a leitura e a escrita com objetivos reais, a escola ajuda a formar pessoas críticas, capazes de participar e mudar a sociedade. Essa visão social da alfabetização amplia o papel da escola, indo além de ensinar a ler e escrever, e incluindo a formação de cidadãos e o desenvolvimento do pensamento crítico.

A união dos conceitos de Emília Ferreiro e as diretrizes do Currículo Municipal destaca a importância de um ensino que valorize o ritmo individual de cada aluno, suas particularidades e talentos, e que apresente atividades desafiadoras, porém adequadas ao seu nível de aprendizado. Essa combinação oferece uma base forte para métodos de ensino que priorizem a inclusão, a igualdade de oportunidades e o crescimento completo do indivíduo, atendendo às necessidades atuais de uma escola que busca formar cidadãos independentes e engajados.

Além disso, é essencial lembrar que converter essa teoria em prática depende muito da atualização constante dos educadores, que necessitam estar aptos a compreender os mecanismos mentais e sociais da alfabetização, e a agir de maneira reflexiva, inovadora e atenta. A capacitação dos professores deve incluir o estudo aprofundado da teoria, o aprimoramento da capacidade de pesquisa e a análise constante das práticas de ensino, assegurando que o professor seja um elemento de mudança no processo de aprendizagem.

Dessa forma, a ligação entre a teoria de Emília Ferreiro e as recomendações do Currículo da Cidade de São Paulo representa uma possibilidade interessante para a construção de um aprendizado inicial crítico, integrador e produtivo, apto a responder às exigências do cenário social presente e a reconhecer a criança como figura central do seu próprio desenvolvimento.

4. REFERÊNCIAS

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. 18. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PIAGET, Jean. A epistemologia genética. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1976.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade: Educação Infantil e Ensino Fundamental – Linguagens. São Paulo: SME, 2020.